**PREFEITURA MUNICIPAL DE [Inserir o nome do município.]**

[Inserir o nome do órgão municipal de defesa civil]

PARECER TÉCNICO Nº: [Inserir o nº do Parecer]

**Interessado:** Prefeitura Municipal de [inserir o nome do município]

**Assunto:** Decretação e reconhecimento de situação de emergência

**Referência:** [inserir o nº do decreto municipal]

**Desastre:** [Inserir o nome do desastre seguido do número da COBRADE (conforme IN/MI nº 1/2012)]

# DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este item deve conter um **pequeno histórico do desastre** o qual deve incluir o **tipo de desastre** conforme classificação COBRADE, o **momento/hora do dia/noite em ocorreu o desastre** e uma **breve descrição dos danos** verificados em campo pela defesa civil municipal.

**DA DESCRIÇÃO DOS DANOS MATERIAIS**

Este item deve conter uma descrição mais detalhada dos danos verificados, aos moldes de um laudo de vistoria, contendo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Infraestrutura ou imóvel afetado | Tipo de dano | Nº danificados | Nº destruídos | Breve descrição do dano |
| Imóvel 1 | rachadura | 1 | - | Provocada por deslizamento na localidade M |
| Ponte X | Queda no rio | - | 1 | Provocada por enxurrada do riacho N |
| Poço do local Y | Poço seco | - | - | Provocada por seca/estiagem |

Para desastres extensos os danos materiais podem ser agrupados da seguinte forma:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Vias/estradas ou logradouros afetados | Tipo de dano | Nº danificados | Nº destruídos | Breve descrição do dano |
| Rua AA | Imóveis derrubados | - | 40 | Provocado por escorregamento de detritos do morro KK |
| Estrada BB | Rachaduras no asfalto | 20 km | - | Inundação prolongada |
| Açude JJ | Nível crítico | - | - | Provocado por seca/estiagem |

**DA ANÁLISE**

Realizar a análise do impacto dos danos descritos para o município levando-se em conta os **aspectos econômicos**, **sociais** ou **ambientais** das localidades afetadas da seguinte forma:

1. Demonstrar a relação dos danos materiais informados com os danos humanos, inclusive se há abrigos abertos por motivo do desastre;
2. Demonstrar a relação dos danos humanos/materiais com os danos ambientais, se houver;
3. Demonstrar como os danos humanos/materiais afetam a economia local (urbana e rural);
4. Demonstrar a necessidade de auxílio complementar do governo federal, apontando as áreas /ações que ainda carecem de recursos (humanos, materiais e financeiros), as quais demonstram o comprometimento da capacidade de resposta do município.

**DA CONCLUSÃO**

Com base na avaliação criteriosa das informações apresentadas nos documentos, conclui-se que os requisitos estabelecidos na IN/MI nº 02/2016 para a decretação de situação de emergência foram cumpridos.

Desta forma, sugere-se a decretação de situação de emergência, e posterior remessa da documentação ao Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil para fins de reconhecimento da Situação de Emergência declarada no município, caso haja necessidade de ajuda complementar por parte do Governo Federal ou a concessão de algum direito ou benefício que tenham como um dos critérios, o reconhecimento federal.

 É o parecer.

 [Inserir o nome do município], [Inserir o dia] de [Inserir o mês] de [Inserir o ano.]

[Inserir o nome do responsável pelo órgão de proteção e defesa civil do município]

[Inserir o cargo]